

RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.755 - SC (2018/0337977-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : MARIA IZABEL RAFAEL
ADVOGADOS : EDSON CICHELLA - SC014231
MOISÉS NUNES CARDOSO - SC020799

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, manejado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO ARREMATACÃO. ATRASO PAGAMENTO PARCELAS. ARTIGO 98, §6º, LEI 8.212/91.

1. Em se tratando de execução fiscal para cobrança de débito de natureza não tributária, aplica-se o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 1º do Decreto n. 20.910/32.
2. No caso, a União, ao não constatar o inadimplemento das parcelas e não inscrever imediatamente o débito em dívida ativa, não obedeceu ao comando do §6º do artigo 98, da Lei n.º 8.212/91. Ademais, o arrematante quitou todas as parcelas do parcelamento, não sendo cabível a aplicação da multa de 50% sobre o saldo devedor" (fl. 1.055e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO.

1. A retificação de acórdão só tem cabimento nas hipóteses de inexatidões materiais, erros de cálculo, omissão, contradição ou obscuridade.
2. Não se verifica nenhuma das hipóteses ensejadoras de embargos de declaração. Se o acórdão decidiu contrariamente às pretensões da parte, não será na via dos embargos declaratórios que buscará reformar o decisum, sob pena de se lhes atribuir efeitos infringentes, hipótese só admitida excepcionalmente.
3. Explicitado que o acórdão embargado não contrariou e/ou negou vigência às questões invocadas.
4. A insistência em opor resistência injustificada ao andamento do processo, bem como atuar de modo temerário, ensejará ao reconhecimento da litigância de má-fé e a aplicação de multa

prevista no art. 81 do CPC" (fl. 1.079e).

Nas razões do Recurso Especial, aduz a parte recorrente violação ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando que "o v. acórdão proferido pelo e. TRF da 4ª Região foi omissivo ao não apreciar a ponderação da União no sentido de que o pagamento das parcelas, realizado pela arrematante, teve o condão de interromper o prazo prescricional, em face da regra inserta no art. 202, inciso VI, do Código Civil" (fl. 1.091e).

Aponta, ainda, negativa de vigência ao art. 202, VI, do Código Civil e 98, §6º, da Lei 8.212/91, argumentando que "não há que se falar em ocorrência da prescrição no caso em exame, haja vista que os pagamentos realizados pela executada/arrematante implicaram no reconhecimento da dívida, causa de interrupção do prazo prescricional, diante do comando inscrito no art. 202, inciso VI, do Código Civil" (fl. 1.093e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 1.120/1.127e), o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 1.130e).

O recurso merece parcial provimento.

O Tribunal de origem, negou provimento à Apelação Cível interposta pela União, nos seguintes termos:

"A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o representativo de controvérsia REsp n. 1.105.442/RJ, consolidou o entendimento no sentido de que, em se tratando de execução fiscal para cobrança de débito de natureza não tributária, aplica-se o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 1º do Decreto n. 20.910/32.

(...)

Assim, considerando que o crédito ora executado constitui dívida ativa de natureza não tributária, descabida a alegação do apelante quanto à incidência das disposições do Código Civil em relação ao prazo prescricional.

Para além da questão da prescrição, entretanto, o juiz singular entendeu que a União não foi diligente no sentido de reconhecer o vencimento antecipado da dívida, aplicando a multa e determinando a inscrição em dívida ativa.

E no caso concreto, efetivamente, a União, ao não constatar o inadimplemento das parcelas e não inscrever imediatamente o débito em dívida ativa, não obedeceu ao comando do §6º do artigo 98, da Lei n.º 8.212/91.

Assim, entendo descabida a aplicação da multa de 50% sobre o saldo devedor, pois o arrematante quitou todas as parcelas e, ainda, tais pagamentos foram convertidos para a quitação da execução fiscal" (fls. 1.053/1.054e).

Contra referido aresto, a recorrente opôs Embargos de Declaração, sustentando, em síntese, que "a parte executada efetuou inúmeros pagamentos mensais relativos ao parcelamento da arrematação, atos que configuram o reconhecimento da dívida pela devedora e que possuem o condão de interromper o curso da prescrição, nos termos do art. 202, inciso VI, do CC, (...)" (fl. 1.063e).

No entanto, os Embargos de Declaração foram julgados sem que fossem efetivamente apreciadas as alegações aduzidas no referido recurso.

Assim, não tendo o Tribunal de origem emitido juízo de valor sobre os pontos, tem razão a recorrente quando alega a existência de omissão no acórdão impugnado, tendo em vista que as questões sobre as quais a Corte de origem não se pronunciou são relevantes e têm o condão, caso seja procedente, de alterar o julgamento, e, por conseguinte, a solução inicialmente dada à controvérsia.

Destarte, resta configurada a violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015 e, assim, a negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.421.705/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2014; REsp 900.238/BA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 07/05/2007; REsp 1.512.047/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão referente aos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada e atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, sobre a alegada aplicabilidade das disposições legais suscitadas como omissas.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora